



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

XII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE

CARGOS DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

1ª FASE

PROVA ESCRITA, OBJETIVA, DE MÚLTIPLA ESCOLHA

2ª ETAPA - 08/08/2004 (DOMINGO)

CADERNO DE QUESTÕES

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

51. SOBRE A UNIÃO EUROPEIA, É CORRETO AFIRMAR QUE:

- a) se compõe, dentre outros órgãos, de um Parlamento, de um Tribunal de Justiça e de uma Comissão
- b) é absoluta a liberdade de circulação dos trabalhadores comunitários no âmbito geográfico dos Estados-membros
- c) os tratados comunitários devem ser ratificados para que tenham vigência no ordenamento de cada Estado-membro
- d) a União envolve a circulação de uma única moeda nos territórios dos Estados-membros – o Euro
- e) todos os Estados-membros devem adaptar suas constituições à Constituição Europeia, em vigor desde 1º de janeiro de 2004

52. DENTRE OS DIVERSOS TRATADOS QUE VERSAM SOBRE A CRIANÇA, DESTACA-SE A CONVENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DE 1989. DOS DIREITOS ABAIXO QUAL NÃO É GARANTIDO POR TAL CONVENÇÃO?

- a) direito à liberdade de pensamento, consciência e crença
- b) direito à audiência em tribunais, segundo as normas processuais de cada país
- c) direito à liberdade de expressão, irrestringível
- d) direito à liberdade de associação e de reunião
- e) direito à previdência social

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

53. O SEGURO-DESEMPREGO, SEGUNDO AS NORMAS DO CODEFAT, PODE SER REQUERIDO ADMINISTRATIVAMENTE PELO TRABALHADOR:

- a) Até o 30º dia após a sua dispensa
- b) Até o 2º aniversário após a sua dispensa
- c) Até o 120º dia após a sua dispensa
- d) Até o 7º dia após a sua dispensa
- e) A qualquer tempo, desde que persistente a situação de ociosidade involuntária

54. SEGUNDO A LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA:

- a) o salário-família é devido a todos os empregados, independentemente de seu regime jurídico
- b) o salário-família é assegurado a todos os empregados urbanos e rurais, inclusive avulsos
- c) o salário-família não é devido a aposentados, independentemente da causa de seu jubramento
- d) o direito ao salário-família depende exclusivamente da comprovação de frequência escolar e da certidão de nascimento ou de invalidez do(s) filho(s)
- e) o valor do salário-família integra a remuneração do trabalhador para todos os efeitos, inclusive no cálculo das verbas rescisórias

55. O SALÁRIO-MATERNIDADE:

- a) será pago diretamente pela Previdência Social às empregadas avulsas e domésticas
- b) será pago diretamente pela Previdência Social a todas as empregadas e autônomas
- c) será pago diretamente pelo empregador de qualquer natureza e reembolsado pela Previdência Social mediante compensação dos valores que lhe sejam devidos pelo empregador
- d) será pago diretamente pelo empregador doméstico e reembolsado pela Previdência Social mediante compensação dos valores que lhe sejam devidos pelo empregador
- e) a adoção de bebês não dá à empregada adotante direito ao salário-maternidade

56. A RESPEITO DOS PRAZOS NA SEGURIDADE SOCIAL, É CORRETO AFIRMAR QUE:

- a) o prazo para constituição do crédito previdenciário incidente sobre salários flui a partir da data em que estes tenham sido pagos ou creditados
- b) o prazo para que o INSS recorra, nas instâncias da Justiça do Trabalho, é de 8 (oito) dias
- c) o prazo para cobrança do crédito previdenciário constituído administrativamente é de 5 (cinco) anos
- d) decai em 5 (cinco) anos o direito da Previdência Social de anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis aos beneficiários
- e) decai em 10 (dez) anos o direito do segurado ou beneficiário de requerer a revisão do ato de concessão do benefício

57. INTEGRA O SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO, SEGUNDO A LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA:

- a) a remuneração pela cessão de direitos autorais
- b) o valor de vestuário para a prestação de serviços
- c) a complementação do auxílio-doença paga pelo empregador à totalidade dos empregados de baixa renda
- d) o prêmio de incentivo à demissão
- e) o valor da habitação e alimentação de trabalhador em atividade em canteiro de obras distante de seu domicílio

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

58. A COISA JULGADA MATERIAL, SEGUNDO O ART. 467 DO CPC, É “A EFICÁCIA, QUE TORNA IMUTÁVEL E INDISCUTÍVEL A SENTENÇA, NÃO MAIS SUJEITA A RECURSO ORDINÁRIO OU EXTRAORDINÁRIO”. É PRECISO QUE SE REPRODUZA AÇÃO ANTERIORMENTE AJUIZADA (CPC, ART. 301, § 1º), OU SEJA, É PRECISO QUE A NOVA AÇÃO TENHA AS MESMAS PARTES, A MESMA CAUSA DE PEDIR E O MESMO PEDIDO (CPC, ART. 301, § 2º). ASSIM, É CORRETO AFIRMAR QUE:

- a) não agredirá a coisa julgada material a propositura de nova ação cujo fundamento legal seja inédito
- b) não haverá violação da coisa julgada material quando a nova ação seja proposta por um sucessor, por ato entre vivos ou *causa mortis*, do autor da ação anterior
- c) haverá violação da coisa julgada material quando em nova ação pretenda a parte obter declaração de existência de determinada relação jurídica, já reconhecida em ação declaratória incidental anteriormente proposta
- d) haverá violação da coisa julgada material quando se pretender rediscutir, em uma segunda ação, a ocorrência de fato admitido como verdadeiro e como fundamento da sentença proferida em ação anterior
- e) o êxito na propositura de ação rescisória sempre abrirá ao autor vitorioso a possibilidade de ajuizamento de nova ação idêntica, desde que o tribunal não tenha rejulgado a demanda

59. SEGUNDO A JURISPRUDÊNCIA ATUAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

- a) é incabível a condenação em verba honorária nos recursos extraordinários em processos oriundos da Justiça do Trabalho
- b) é da competência da Suprema Corte a concessão de efeito suspensivo, em medida cautelar, a recurso extraordinário pendente de exame de admissibilidade no tribunal de origem da decisão atacada
- c) não cabe recurso extraordinário por violação ao art. 5º, II, da Constituição Federal quando a verificação de tal violação exigir o reexame da interpretação de normas infraconstitucionais pela decisão impugnada
- d) é incabível recurso extraordinário contra decisões proferidas por juízes de primeiro grau, em única instância
- e) por ser mero requisito – e não óbice – de acesso à jurisdição, é lícita a cobrança da taxa judiciária em percentual incidente sobre o valor da causa de qualquer montante

60. SEGUNDO A JURISPRUDÊNCIA ATUAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

- a) cabe, contra a Fazenda Pública, execução fundada em título executivo extrajudicial
- b) nas ações acidentárias, o prazo prescricional flui a partir da data do sinistro
- c) o juízo deprecado deve notificar a parte quanto à data e horário da audiência designada, independentemente de estar a parte ciente da expedição da carta precatória
- d) o protesto pela preferência de crédito em favor da Fazenda Pública Federal, apresentado em execução em curso na Justiça Estadual, desloca a competência do respectivo feito para a Justiça Federal
- e) a possibilidade de decisão monocrática pelo relator não abrange os processos submetidos ao reexame necessário

61. AO PEDIDO CUJA APRECIACÃO PRESSUPÕE A REJEIÇÃO DE OUTRO PEDIDO DÁ-SE O NOME DE:

- a) cumulativamente sucessivo
- b) sucessivo
- c) alternativo
- d) cominatório
- e) seqüencial

62. MARQUE V PARA AS ASSERTIVAS VERDADEIRAS E F PARA AS ASSERTIVAS FALSAS:

I - A defesa do executado é realizada, geralmente, por meio de embargos. Todavia, havendo situação evidente de falta de condição da ação ou pressuposto processual a afetar a execução, pode o executado defender-se nos próprios autos da execução

II - O juiz, pelo dever de imparcialidade, não deve pronunciar-se sobre exageros na conta apresentada pelo exequente, senão quando provocado pela parte contrária

III – Na execução fiscal, poderá a Fazenda Pública ajuizar a ação, dentre outras alternativas, no foro do lugar em que se praticou o ato ou ocorreu o fato que tenha dado origem à dívida

IV - Havendo várias penhoras sobre o mesmo bem, terá prioridade o credor que promoveu a execução em que o bem tenha sido expropriado, a menos que haja exequentes cujos créditos gozem de privilégio ou preferência legal

- a) V-F-V-V
- b) F-V-V-V
- c) V-F-F-F
- d) F-F-F-V
- e) F-V-F-F

AS QUESTÕES DE 63 A 66 REFEREM-SE AO CASO ABAIXO NARRADO.

José Bonifácio ajuizou, em fevereiro/2004, execução fundada em uma nota promissória emitida por Pedro de Alcântara, no valor de R\$ 5.000,00 e vencida em 20.12.2003.

Ao receber a petição, percebeu o juiz que a petição inicial não informava o endereço do executado. Considerando a celeridade que deve ser imprimida à execução, notificou o advogado a completar sua petição em 5 dias, sob pena de indeferimento. O advogado do exequente, então, atendeu a ordem judicial, porém apenas no nono dia.

O juiz, imediatamente, determinou a expedição de mandado de citação e penhora. Citado em 19.3.2004, o executado não pagou nem nomeou bens à penhora. O oficial de justiça, então, penhorou um conjunto de jóias, inclusive uma bela aliança de casamento pertencente à esposa de Pedro. O executado foi intimado da penhora em 2.4.2004, 6ª-feira, e o auto de penhora, com a certidão de tal intimação, foi juntado no dia 9.4.2004.

Pedro, por meio de advogado, ofereceu embargos à execução no dia 20.4.2004, 3ª-feira. Em preliminar, sustentou que a o processo de execução deveria ser extinto por inépcia da petição inicial, já que a emenda não foi ofertada no prazo assinalado pelo juiz. Disse o embargante, no mérito, que a dívida era inexigível porque correspondia ao valor de uma motocicleta que lhe foi vendida pelo embargado e que, dois dias depois de entregue, teve uma pane elétrica que causou um incêndio com total destruição do veículo e ferimentos leves no condutor.

Intimado da oposição dos embargos, José impugnou-os, sustentando, preliminarmente (a) a preclusão temporal porque a ação do executado fora proposta mais de dez dias após a efetivação da penhora e (b) a impossibilidade jurídica de discussão da matéria concernente a supostos vícios do bem, pois apenas nulidades processuais, pagamento, novação, transação, prescrição ou outros meios de remissão da dívida seriam alegáveis em sede de embargos.

O juiz, depois de audiência de instrução em que ouviu as partes e três testemunhas, julgou os embargos. Rejeitou as preliminares de inépcia da inicial da execução e de intempestividade dos embargos e, no mérito, tendo por provados os vícios sobre o objeto adquirido, julgou procedentes os embargos, declarando a inexistência da dívida fundada em tal título, mas acolheu a preliminar suscitada pelo embargado, reconhecendo que os embargos não poderiam versar sobre aquela espécie de matéria fática.

O executado apelou da sentença. Verificando que o recurso foi tempestivamente apresentado, o juiz recebeu-o, imprimindo-lhe efeito suspensivo, paralisando a execução.

Antes que os autos subissem ao Tribunal de Justiça, o executado peticionou para solicitar a liberação dos bens penhorados. O juiz deferiu em parte o requerimento.

63. COM RELAÇÃO À REGULARIDADE DA PETIÇÃO INICIAL DE JOSÉ BONIFÁCIO, É CORRETO AFIRMAR QUE:

a) a matéria é disciplinada exclusivamente pelas normas gerais do processo de conhecimento porque não há qualquer regra atinente à regularização de petições iniciais de execução no Livro do Código de Processo Civil destinado aos processos de execução

b) o juiz agiu bem: não havendo regra específica no conjunto de normas reguladoras da execução judicial, adotou medida saudável para imprimir a necessária celeridade ao fixar o prazo de cinco dias para regularização

c) o juiz agiu mal, inicialmente: o prazo de emenda à inicial, na execução, não pode ser livremente fixado pelo juiz, pois a lei fixa prazo exato (dez dias, segundo o CPC). Todavia, a apresentação da emenda à inicial da execução no nono dia sanou a tempo qualquer irregularidade, como bem decidido no julgamento dos embargos

d) o juiz agiu mal: deveria ter indeferido de plano a petição de execução incompleta

e) pelos fins a que se presta a execução e pela inexistência de fatos a serem discutidos, pois não há cognição na execução, não se pode falar em inépcia

64. QUANTO À TEMPESTIVIDADE DOS EMBARGOS, É CORRETO AFIRMAR QUE:

- a) os embargos foram tempestivamente apresentados, pois o prazo legal é de 30 (trinta) dias após a intimação da penhora
- b) os embargos eram intempestivos por terem sido apresentados mais de 10 dias após a intimação da penhora
- c) os embargos eram intempestivos por terem sido apresentados mais de 10 dias após a citação do executado
- d) os embargos eram intempestivos por terem sido oferecidos mais de 5 dias após a intimação do executado
- e) os embargos eram tempestivos por terem sido apresentados dentro dos 10 dias seguintes à juntada do mandado de intimação da penhora

65. OS EMBARGOS OFERECIDOS POR PEDRO PODERIAM TRATAR, DENTRE AS MATÉRIAS VENTILADAS POR SEU ADVOGADO, DE:

- a) questões processuais e qualquer matéria referente à constituição da dívida representada pelo título executivo
- b) questões processuais, exclusivamente
- c) nenhuma das matérias constantes de sua ação
- d) qualquer tema atinente à constituição da dívida, exclusivamente
- e) questões processuais ou defeitos extrínsecos do título executivo, exclusivamente

66. AO RECEBER A APELAÇÃO O JUIZ:

- a) deveria tê-la recebido apenas no efeito devolutivo
- b) deveria tê-la recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo
- c) deveria, antes de decidir, ouvir a parte contrária; estando esta de acordo com o requerimento de efeito suspensivo, o juiz o deferiria
- d) não deveria ter admitido o recurso porque não apreciou o mérito da demanda, mas apenas um incidente processual onde o recurso utilizado é incabível
- e) receberia o recurso como agravo retido para posterior exame pelo tribunal

67. QUANTO À COMPETÊNCIA EXECUTÓRIA, É CORRETO AFIRMAR QUE:

- a) as sentenças arbitrais são executáveis perante o mesmo juízo arbitral que as tenha prolatado
- b) as sentenças estrangeiras são executadas perante o Supremo Tribunal Federal
- c) as sentenças penais condenatórias são executadas no mesmo juízo criminal que as tenha prolatado, inclusive quanto aos efeitos civis da condenação
- d) os títulos judiciais são executados perante tribunais sempre que deles tiver sido a competência originária para apreciar a demanda
- e) no caso de rescisória em que, no rejuízo da demanda, o tribunal condene o réu a determinada obrigação, esta será exigida perante o mesmo tribunal em aplicação ao princípio da *perpetuatio jurisdictionis*

68. ANALISE AS AFIRMAÇÕES ABAIXO:

I - Na fraude contra credores, prescinde-se do dolo do devedor, mas já deve haver ação em curso para que possa ser reconhecida

II - A fraude à execução pressupõe citação do alienante na fase de execução de sentença favorável ao credor que a alegue

III - A fraude contra credores dispensa ação para seu reconhecimento

IV - Havendo ação em curso, o réu não pode vender nenhum bem de sua propriedade, sob pena de caracterização de fraude à execução, mesmo que seu patrimônio remanescente baste para garantir a futura e eventual dívida em favor do autor

- a) somente I e II estão corretas
- b) somente II está correta
- c) todas estão erradas
- d) somente IV está errada
- e) todas estão corretas

69. ASSINALE QUAL DOS GRUPOS ABAIXO CONTÉM EXCLUSIVAMENTE TÍTULOS EXECUTIVOS JUDICIAIS, SEGUNDO O CPC:

- a) sentença civil condenatória, sentença estrangeira homologada e conta de emolumentos
- b) sentença homologatória de transação, certidão da dívida ativa da Fazenda Pública e sentença condenatória dos juizados especiais cíveis
- c) sentença penal condenatória, sentença arbitral e formal de partilha
- d) sentença homologatória de conciliação, sentença arbitral estrangeira homologada e honorários de perito aprovados em decisão judicial
- e) sentença estrangeira homologada, crédito de serventuário da justiça e honorários de tradutor juramentado a serviço da justiça

70. EM QUE SITUAÇÕES OS EMBARGOS À EXECUÇÃO NÃO PODEM SER ADMITIDOS SEM QUE O JUÍZO ESTEJA GARANTIDO?

- a) na execução contra a Fazenda Pública
- b) na execução para entrega de coisa
- c) na execução de obrigação de não fazer
- d) na execução de alimentos em que se requeira a prisão do alimentante
- e) na execução de obrigação de fazer

71. A RESPEITO DAS PROVAS É CORRETO AFIRMAR QUE:

- a) o perito será nomeado sempre pelo juiz da causa, mesmo que o exame tenha de ser realizado em localidade diferente do lugar do foro
- b) o prazo para entrega do laudo pericial poderá ser prorrogado pelo juiz uma só vez
- c) os pareceres dos assistentes técnicos serão apresentados em juízo dentro do mesmo prazo assinalado para entrega do laudo pelo perito judicial
- d) a juntada de laudos técnicos, na inicial e na contestação, impede a realização da perícia judicial
- e) os peritos são obrigados a comparecer à audiência judicial para prestação de esclarecimentos complementares, desde que notificados do ato com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência

72. PERDE EFICÁCIA, QUANDO NÃO AJUIZADA A AÇÃO PRINCIPAL DENTRO DOS 30 (TRINTA) DIAS SEGUINTE À CONCESSÃO DA LIMINAR OU À PROLAÇÃO DA SENTENÇA FAVORÁVEL, A SEGUINTE MEDIDA JUDICIAL:

- a) arresto
- b) protesto interruptivo da prescrição
- c) exibição
- d) produção antecipada de provas
- e) interpelação

73. SOBRE AS TESTEMUNHAS EM JUÍZO, É CORRETO AFIRMAR QUE:

- a) por prestarem um serviço público irrecusável, ressalvadas as hipóteses legais, não são reembolsáveis as despesas de locomoção por elas efetuadas, mas não podem as testemunhas sofrer qualquer desconto salarial ou de tempo de serviço em decorrência de seu comparecimento à audiência
- b) serão inquiridas as testemunhas indicadas pelo autor e pelo réu, nesta ordem
- c) é ilícita a gravação dos depoimentos testemunhais pelas partes
- d) todas as perguntas indeferidas pelo juiz serão sempre registradas por este na ata de audiência
- e) cada parte pode arrolar até 3 (três) testemunhas para serem inquiridas em juízo

74. NA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA É INCORRETO AFIRMAR QUE:

- a) a execução contra entes da administração direta ou indireta se fará mediante precatório ou, conforme o caso, requisição de pequeno valor
- b) nos termos do art. 100 da Constituição, todos os débitos judiciais da Fazenda Pública, inclusive de natureza alimentar, devem ser recebidos mediante precatório, salvo se se enquadrarem como de pequeno valor
- c) sendo os débitos de pequeno valor, a União os pagará dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes à entrega da requisição judicial
- d) o credor que não receba o que lhe seja devido, apesar da regular requisição por meio de precatório, pode requerer o sequestro da importância respectiva, independentemente da ordem cronológica dos demais precatórios pendentes
- e) os Estados e Municípios podem, por lei local, fixar os valores máximos dos débitos de pequeno valor para efeito de definição do procedimento executório, aquém ou além daquilo que estabeleceu a Constituição Federal

DIREITO PENAL

75. COM RELAÇÃO AO CRIME CONSISTENTE EM DEIXAR DE RECOLHER CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA OU IMPORTÂNCIA DESCONTADAS DO PAGAMENTO FEITO AOS SEGURADOS, A TERCEIROS OU ARRECADADAS DO PÚBLICO (ART. 168/A, § 1º, I, DO CÓDIGO PENAL), PODE-SE AFIRMAR QUE:

- a) Será extinta a punibilidade se o agente, notificado pela fiscalização da Previdência Social, efetua o pagamento do débito antes do oferecimento da denúncia
- b) Será extinta a punibilidade se o agente, voluntariamente, paga o devido à Previdência Social antes do início de qualquer fiscalização
- c) Será extinta a punibilidade se o agente, confessando o débito à Previdência Social, paga o devido ou obtém parcelamento antes do oferecimento da denúncia
- d) Será extinta a punibilidade se o agente, primário e de bons antecedentes, promove o efetivo pagamento do débito antes da sentença
- e) Não será extinta a punibilidade porque o pagamento da dívida não descaracteriza o ilícito penal

76. DETIDO NO EXATO MOMENTO EM QUE, DE ARMA EM PUNHO, ANUNCIAVA ROUBO EM AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL, QUANDO AINDA NADA HAVIA SUBTRAÍDO, MANDRAKE, REINCIDENTE, DE 20 ANOS DE IDADE, FOI, POR FIM, CONSIDERADO INCURSO NOS ARTS. 157, 2º, I, C/C ART. 14, II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. NO CASO, A REDUÇÃO DA PENA PELA TENTATIVA DEVE SER:

- a) pela metade, em razão da reincidência do acusado
- b) em dois terços, em virtude do *iter criminis* percorrido
- c) pela metade, em decorrência do *iter criminis* percorrido
- d) em um terço, em razão da reincidência do acusado
- e) em um terço, em decorrência do *iter criminis* percorrido

DIREITO COMERCIAL

77. NOS TERMOS DA JURISPRUDÊNCIA SUMULADA DO C. TST, OS DÉBITOS TRABALHISTAS DAS ENTIDADES SUBMETIDAS AOS REGIMES DE INTERVENÇÃO OU LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL:

- a) Estão sujeitos à correção monetária desde o respectivo vencimento até seu efetivo pagamento, sem interrupção ou suspensão, não incidindo, entretanto, sobre tais débitos, juros de mora
- b) Estão sujeitos à correção monetária desde o ajuizamento da Ação Trabalhista até seu efetivo pagamento, sem interrupção ou suspensão, não incidindo, entretanto, sobre tais débitos, juros de mora
- c) Estão sujeitos à correção monetária e juros de mora, desde o respectivo vencimento até seu efetivo pagamento, sem interrupção ou suspensão
- d) Não há incidência sobre os débitos de correção monetária, apenas os juros de mora
- e) Estão sujeitos à correção monetária e juros de mora, sendo a primeira a partir do vencimento e os segundos a partir da distribuição da Ação Trabalhista, sem interrupção ou suspensão

78. ANALISE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO:

I – Constituem princípios da Política Nacional de Relações de Consumo, conforme o Código de Defesa do Consumidor, entre outros: educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo; a racionalização e melhoria dos serviços públicos; estudo constante das modificações do mercado de consumo.

II – A inversão do ônus da prova está expressamente prevista no CDC, como um dos direitos básicos do consumidor visando a facilitação da respectiva defesa, estando o juiz cível autorizado, a seu critério, a aplicá-la quando for verossímil a alegação ou quando o consumidor for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência.

III – A efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos, constituem alguns dos direitos básicos do consumidor.

IV – A instauração de inquérito civil, até seu encerramento, obsta a fluência do prazo decadencial para o consumidor reclamar pelos vícios existentes em produtos ou serviços.

- a) Apenas as proposições I, II e III estão corretas
- b) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas
- c) Apenas as proposições II e III estão corretas
- d) Apenas as proposições III e IV estão erradas
- e) Todas as proposições estão corretas

79. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA

- a) A falência produz o vencimento antecipado de todas as dívidas do falido e do sócio solidário da sociedade falida, exceto quanto àquelas pendentes de condição suspensiva
- b) Pode ser declarada a falência do menor com 16 (dezesseis) anos completos, que mantém estabelecimento comercial, com economia própria
- c) Não será decretada a falência se a pessoa contra quem foi requerida provar que a dívida encontra-se prescrita
- d) A sentença que não declarar a falência terá autoridade de coisa julgada material
- e) Quem por dolo requerer a falência de outrem será condenado, na sentença que denegar a falência, a indenizar o devedor

DIREITO CIVIL

80. A TRANSAÇÃO:

- a) far-se-á por escritura pública, nas obrigações em que a lei exige, ou por instrumento particular
- b) far-se-á por instrumento particular, ainda que recair sobre direitos contestados em juízo
- c) se anula por erro de direito a respeito das questões que foram objeto de controvérsia entre as partes
- d) não é passível de anulação em caso de nulidade de uma cláusula
- e) em se tratando de coisas indivisíveis, aproveita a terceiros

81. COMO OCORRE A COMPENSAÇÃO:

- a) Quando duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, desde que de coisas fungíveis, ainda quando diferente do especificado no contrato
- b) Quando duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, sendo elas dívidas líquidas, e de coisas fungíveis
- c) Quando duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, de dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis
- d) Inexiste motivo impeditivo para a compensação de dívidas em razão da diferença de causas
- e) Os prazos de favor, embora consagrados pelo uso geral, obstam a compensação

82. ESTÃO SUJEITOS AO REGISTRO PÚBLICO:

I – a interdição por incapacidade absoluta ou relativa;

II – a emancipação por outorga dos pais ou por sentença de juiz;

III – os atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação.

IV – Os atos judiciais ou extrajudiciais de adoção.

Assinale a resposta correta:

- a) todas estão corretas
- b) apenas I e II estão corretas
- c) apenas II e IV estão corretas
- d) apenas I e IV estão corretas
- e) nenhuma delas está correta

83. ANALISE AS PROPOSIÇÕES:

I – Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.

II – Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, dolosamente, deixe de cumprir a obrigação estipulada ou se constitua em mora.

III – Quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação ajustada, esta converter-se-á em alternativa a benefício do devedor.

IV – Quando se estipular a cláusula penal para o caso de mora, ou em segurança especial de outra cláusula determinada, não poderá o credor a seu arbítrio exigir a satisfação da pena cominada, juntamente com o desempenho da obrigação principal.

Aponte a alternativa correta:

- a) apenas as proposições II e IV estão corretas
- b) apenas as proposições I e III estão corretas
- c) apenas a proposição IV está correta
- d) apenas a proposição I está correta
- e) apenas a proposição II está correta

84. ANALISE AS PROPOSIÇÕES DADAS:

I – São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: os menores de dezesseis anos; os que, por deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade; os pródigos.

II – São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer: os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos; os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido; os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo; os pródigos.

III – Cessar, para os menores, a incapacidade: pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor não tiver dezesseis anos completos; pelo casamento; pelo exercício de emprego efetivo, com registro na CTPS e pelo estabelecimento civil ou comercial, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

IV – Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência: se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida; se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até três anos após o término da guerra.

Aponte a alternativa correta:

- a) apenas as proposições II e IV estão corretas
- b) apenas as proposições I e III estão corretas
- c) apenas a proposição IV está correta
- d) apenas a proposição I está correta
- e) apenas a proposição II está correta

85. ANALISE AS PROPOSIÇÕES:

I – São causas que interrompem a prescrição, dentre outras: o despacho do juiz ordenando a citação, mesmo que incompetente o juízo, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual; o protesto cambial; a apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores; qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

II – A interrupção da prescrição produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador. Igualmente, a interrupção produzida por um credor não aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o co-devedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados.

III – Não corre a prescrição, dentre outras hipóteses: contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados, dos Municípios e de suas autarquias, fundações ou das empresas públicas; quando pendente condição suspensiva ou ação de evicção e não estando vencido o prazo.

IV – O juiz não pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição, salvo se favorecer o relativamente ou absolutamente incapaz.

Aponte a alternativa correta:

- a) apenas as proposições II, III e IV estão erradas
- b) apenas as proposições I e II e IV estão corretas
- c) apenas a proposição III está errada
- d) apenas a proposição IV está correta
- e) apenas as proposições I e II estão corretas

86. APONTE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas. Se estenderem suas atividades por mais Estado, caberá o encargo ao órgão ministerial da localidade em que se situar a sede principal da fundação

b) Se o estatuto não for elaborado no prazo assinado pelo instituidor, ou, não havendo prazo, em cento e oitenta dias, o Ministério Público poderá requerer a interdição da fundação

c) Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma seja deliberada por um terço dos competentes para gerir e representar a fundação

d) Nos termos do parágrafo único do art. 62 do Código Civil, “a fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência”. Porém, a constituição de fundação para fins científicos, educacionais ou de promoção do meio ambiente está compreendida nesse permissivo legal

e) Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público lhe promoverá a sua extinção, leiloando os seus bens, entregando-se produto arrecadado a outra fundação, designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante

87. EM RELAÇÃO ÀS CARACTERÍSTICAS DA SOCIEDADE COOPERATIVA, PODEMOS AFIRMAR QUE:

- a) É necessário o ato de constituição e capital social
- b) Não exige, para sua criação, número mínimo e máximo de sócios
- c) Há a possibilidade de transferências das quotas a terceiros, inclusive por herança
- d) Há limitação do valor da soma de quotas do capital social que cada sócio poderá tomar
- e) Para que o sócio tenha direito a voto nas deliberações, necessário que sua participação seja superior a 10% do capital

88. ANALISE AS PROPOSIÇÕES:

I – Havendo mais de um devedor ou mais de um credor em obrigação divisível, esta presume-se dividida em tantas obrigações, iguais e distintas, quantos os credores, ou devedores.

II - Sendo indivisível a obrigação e múltiplos os credores, poderá cada um destes exigir a dívida inteira. Mas o devedor ou devedores se desobrigarão, pagando a todos conjuntamente ou a um, dando este caução de ratificação dos outros credores.

III – Os devedores de uma prestação indivisível convertida no seu equivalente pecuniário passarão a dever, cada um deles, a sua quota-parte, pois a obrigação torna-se divisível ao se resolver em perdas e danos.

IV – Se um só dos credores receber a prestação por inteiro, a cada um dos outros assistirá o direito de exigir dele em dinheiro a parte que lhe caiba no total.

Aponte a alternativa correta:

- a) apenas as proposições II, III e IV estão erradas
- b) apenas as proposições I e II e IV estão corretas
- c) apenas a proposição III está errada
- d) apenas a proposição IV está correta
- e) apenas as proposições I e II estão corretas

89. ANALISE AS PROPOSIÇÕES:

I – A um dos credores solidários não pode o devedor opor as exceções pessoais oponíveis aos outros.

II – Enquanto alguns dos credores solidários não demandar o devedor comum, a qualquer daqueles poderá este pagar.

III – Convertendo-se a prestação em perdas e danos, extingue-se, para todos os efeitos, a solidariedade.

IV – Importará renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores.

Aponte a alternativa correta:

- a) apenas as proposições III e IV estão erradas
- b) apenas as proposições I e III estão corretas
- c) apenas a proposição III está errada
- d) apenas a proposição IV está errada
- e) apenas as proposições II e IV estão corretas

DIREITO CONSTITUCIONAL

90. ANALISE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO E ASSINALE A CORRESPONDÊNCIA CORRETA ENTRE VERDADEIRAS (V) E FALSAS (F).

Nos termos da Emenda Constitucional nº 41/2003:

[] A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos, inclusive dos membros dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, percebidos cumulativamente ou não, não poderão exceder, excluídas as vantagens de caráter pessoal, o subsídio mensal em espécie dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite municipal o subsídio mensal do Prefeito e como limite estadual e distrital o subsídio mensal do Governador (no âmbito do Poder Executivo), dos Deputados Estaduais (no âmbito do Poder Legislativo) e dos desembargadores dos respectivos Tribunais de Justiça (no âmbito do Poder Judiciário, do Ministério Público e das Procuradorias e Defensorias Públicas).

[] A aposentadoria por invalidez dos servidores titulares de cargos efetivos na Administração Pública direta, autárquica e fundacional gera direito a proventos proporcionais ao tempo de contribuição, independentemente da causa da invalidez.

[] A pensão em decorrência do falecimento de servidor titular de cargo efetivo na Administração Pública direta, autárquica e fundacional é igual ao valor da soma dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite se já estava aposentado à data do óbito; o mesmo critério de cálculo é aplicável para as pensões em decorrência do falecimento de servidor titular de cargo efetivo na Administração Pública direta, autárquica e fundacional em atividade à data do óbito.

[] Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadoria e pensões concedidas a servidores titulares de cargos efetivos na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, naquilo que exceder o limite máximo dos benefícios do regime geral da previdência social.

- a) V-F-V-F
- b) F-F-V-V
- c) V-V-V-V
- d) F-V-F-V
- e) F-F-F-V

91. QUAL DAS CONDIÇÕES ABAIXO NÃO CORRESPONDE ÀQUELAS QUE A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003 EXIGE PARA QUE AS MULHERES TITULARES DE CARGOS EFETIVOS NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, EM QUALQUER DOS NÍVEIS DA FEDERAÇÃO, EM ATIVIDADE À DATA DA PUBLICAÇÃO DA REFERIDA EMENDA, TENHAM DIREITO A PROVENTOS DE APOSENTADORIA EQUIVALENTES À TOTALIDADE DE SUA REMUNERAÇÃO NO CARGO EFETIVO?

- a) 55 (cinquenta e cinco) anos, se mulher
- b) 30 (trinta) anos de contribuição
- c) 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público
- d) 10 (dez) anos de carreira no cargo em que se der a aposentadoria
- e) 2 (dois) anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria

92. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL PODERÁ SER EMENDADA MEDIANTE PROPOSTA:

a) de um quinto, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; do Presidente da República; de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros

b) de um quinto, no mínimo, dos membros do Congresso Nacional, do Presidente da República, de iniciativa popular, subscrita por, no mínimo um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles

c) de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; do Presidente da República; de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros

d) de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; do Presidente da República; de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros; de iniciativa popular, subscrita por, no mínimo um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de um por cento dos eleitores de cada um deles

e) de um quinto, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; do Presidente da República; de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros; de um terço das Câmaras de Vereadores do País, das quais pelo menos cinco deverão ser de Capital de Estado, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros; de iniciativa popular, subscrita por, no mínimo um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de um por cento dos eleitores de cada um deles

93. NOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE, A COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA PARA PROCESSAR E JULGAR JUIZ DO TRABALHO É ATRIBUÍDA:

a) ao Supremo Tribunal Federal

b) ao Tribunal Superior do Trabalho

c) ao Tribunal Regional do Trabalho a que estiver subordinado o Juiz do Trabalho

d) ao Tribunal Regional Federal, que tenha jurisdição na área de atuação do Juiz do Trabalho

e) a uma das Varas Federais que tenha jurisdição sobre a área de atuação do Juiz do Trabalho

94. A INVESTIDURA EM EMPREGO PÚBLICO DEPENDE DE APROVAÇÃO PRÉVIA EM CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS OU DE PROVAS E TÍTULOS, DE ACORDO COM A NATUREZA E A COMPLEXIDADE DO EMPREGO, NA FORMA PREVISTA EM LEI. COM EFEITO, É CORRETO AFIRMAR QUE:

a) A não observância desse requisito implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei

b) A não observância desse requisito implicará a anulabilidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei

c) A não observância desse requisito implicará apenas a nulidade do ato

d) A não observância desse requisito implicará apenas a punição da autoridade responsável

e) A não observância desse requisito nenhuma consequência trará ao empregado porque a relação de emprego com o ente público não se sujeita ao princípio da legalidade, mas sim ao princípio do contrato realidade

95. EM RELAÇÃO AOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS, PODEMOS AFIRMAR QUE:

I – A interceptação de comunicações telefônicas de qualquer natureza para prova em processo trabalhista dependerá de ordem do Juiz do Trabalho.

II – Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos inerentes a ela, sendo inadmissíveis no processo as provas obtidas por meios ilícitos.

III – Será admitida ação privada nos crimes de ação pública se esta não for intentada no prazo legal.

IV – Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, sem autorização judicial.

Aponte a assertiva correta:

- a) Apenas a assertiva I está correta
- b) As assertivas I, III e IV estão corretas
- c) A assertiva I está incorreta
- d) Apenas as assertivas III e V estão corretas
- e) Todas estão corretas

96. NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

I – As contribuições do empregador a entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes.

II – A adesão a planos de previdência privada é facultativa em relação ao regime geral de previdência social.

III – É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, aos trabalhadores rurais, aos 65 anos de idade, se homem, e 60 anos, se mulher, e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

IV – Para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, é assegurada a aposentadoria aos 30 anos de contribuição, se homem, e 25 anos de contribuição, se mulher, independentemente da idade.

Diante das proposições acima, podemos dizer que:

- a) I, II e IV são corretas
- b) II e IV são corretas
- c) III e IV são corretas
- d) I e II são corretas
- e) Todas são corretas

97. NA VIGÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DAS AFIRMAÇÕES ABAIXO QUAL É A INCORRETA:

a) O servidor público estável só perderá o cargo: em virtude de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa

b) Serão estáveis após 2 (dois) anos de efetivo exercício os servidores que forem nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público

c) Como condição para aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade

d) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo

e) Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de Previdência Social para os servidores civis titulares de cargos efetivos e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal

98. QUANTO AO PROCESSO LEGISLATIVO, É CORRETO AFIRMAR:

I – À Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, cabe a iniciativa de lei complementar e ordinária sobre organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União.

II – A diferença do processo legislativo ordinário para o sumário é somente quanto ao fato de que neste, existe prazo para que o Congresso Nacional delibere sobre determinado assunto.

III – Às leis delegadas aplica-se o processo legislativo sumário.

IV – A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

- a) I e II estão corretos
- b) I e IV estão corretos
- c) II e IV estão corretos
- d) III e IV estão corretos
- e) II e III estão corretas

99. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

a) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de sítio para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza

b) A Constituição Federal garante igualdade de direitos entre trabalhador avulso e o com vínculo empregatício permanente

c) Não ocorrerá a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, desde que seja reconhecida a nacionalidade originária pela lei estrangeira

d) Compete privativamente ao Senado Federal, aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador Geral da República antes do término de seu mandato

e) Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre a fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas

100. ANALISE AS AFIRMAÇÕES ABAIXO:

I – É do Senado Federal a competência para suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

II – A Constituição vigente não admite o controle preventivo de constitucionalidade pelos tribunais.

III – São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a lei orçamentária.

IV – O princípio da separação de poderes impede a intromissão de agentes de um Poder em todos os assuntos de competência dos demais Poderes.

Assinale a alternativa correta:

a) somente I, III e IV estão corretas

b) somente I, II e III estão corretas

c) somente I, II e IV estão corretas

d) somente II, III e IV estão corretas

e) todas estão corretas.